

**O COOPERATIVISMO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PEDAGOGIA DA COOPERAÇÃO.****COOPERATIVISM AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE AND THE PEDAGOGY OF COOPERATION.****Maria Cristiani Gonçalves Silva <sup>1</sup>****RESUMO**

Apresenta os fundamentos da teoria e organização do Cooperativismo, destaca a cooperação como uma dimensão da prática social. Desenvolve as concepções da cooperação como princípio educacional e político, articulando as possibilidades de transformação das relações educacionais e escolares a partir de práticas cooperativistas, coletivas e participativas. Relaciona as concepções de Educação Cooperativista com o pensamento de Celestin Freinet e Paulo Freire. Aponta possibilidades metodológicas para a organização da Educação e da Escola na perspectiva da Cooperação.

**Palavras-Chave:** Educação, Cooperação, Princípio Pedagógico, Humanização.

**ABSTRACT**

It presents the foundations of Cooperativism theory and organization, highlights cooperation as a dimension of social practice. It develops the conceptions of cooperation as an educational and political principle, articulating the possibilities for transforming educational and school relations based on cooperative, collective and participatory practices. Relates the conceptions of Cooperative Education with the thoughts of Celestin Freinet and Paulo Freire. It points out methodological possibilities for the organization of Education and School in the perspective of Cooperation.

**Keywords:** Education, Cooperation, Pedagogical Principle, Humanization.

**Introdução**

A educação para a Cooperação supõe uma utopia, a emancipação ética, estética e política do Novo Homem para uma Nova Sociedade (Cesar Nunes).

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutora pela UNICAMP, pesquisadora do Grupo de Estudos PAIDEIA, membro do INPPDH (Instituto Nacional de Promoção e Pesquisas em Direitos Humanos). Email: mariacristianigsilva@gmail.com

Este artigo é parte da nossa pesquisa que fundamentou a produção de uma dissertação de Mestrado sobre a organização da Educação Cooperativista no estado de São Paulo, intitulada *OS PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO (1989 – 2011): Matrizes Pedagógicas e contradições institucionais e políticas*. Esta dissertação foi apresentada em 2012, no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Diversos estudos apontam que em todas as fases históricas da humanidade a *cooperação e o trabalho coletivo* estiveram presentes na produção da vida humana, seja de forma objetiva, maneira de viver em comunidade (forma de organização social) ou de forma implícita, ações humanas isoladas, independente da forma em que a sociedade está organizada. Para Andrioli:

Toda atividade produtiva é sempre social e a sociabilidade, se entendida como um processo humano, não ocorre por instinto, mas por relações intencionalmente construídas. É a necessidade que gera a relação cooperativa entre os seres humanos. Ou seja, quando o ser humano se torna consciente de sua incapacidade de resolver individualmente um problema, a tendência é solicitar o auxílio de seu semelhante. (ANDRIOLI, 2008, p. 31).

Corroborando com o exposto, Nunes (2003) diz que a razão do ato cooperativo está na dificuldade, na dependência, na insuficiência do agir individualizado para a satisfação das necessidades mais ou menos imediatas. Isso não significa abandonar a ideia de que os seres humanos, quando organizados em cooperativas, cultivam uma *utopia* de que é possível construir uma sociedade em que não haja exploração, injustiças sociais e dominação. Ou seja, a centralidade do ato cooperativo não está meramente no ideal, mas na necessidade concreta de organização.

Assim, o cooperativismo se dá como necessidade intrinsecamente emergente da dimensão social e associativa da vida e ação humana. O cooperativismo é decorrente de uma necessidade humana comum e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que cooperam. Nesse sentido, para que ocorra o cooperativismo são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas ou necessidades; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas.

No mundo moderno, desde o início do século XX, até os nossos dias, nestas conjunturas de pandemia da COVID 19, na qual o confinamento social fez-se necessário, as cooperativas passaram a ser utilizadas nas mais diversas e heterogêneas estruturas econômicas, destacando-se principalmente como elemento de suposto progresso das economias em desenvolvimento. Muitas cooperativas se organizam buscando trabalhar conceitos que levam à cooperação. Para entendermos um pouco o que pretendem, observemos alguns conceitos apresentados, que se constituíram numa espécie de identidade do Cooperativismo, assim elencados por Silva (2012):

*Cooperar*: é praticar ações em conjunto com outras pessoas, com o mesmo objetivo, na busca

de resultados comuns a todos, superando as dificuldades individuais.

*Cooperativismo*: é uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atividade que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade, baseado na economia solidária, na democracia, na participação, nos direitos e nos deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os cooperados.

*Cooperação*: é o método de ação pelo qual indivíduos, famílias ou comunidades, com interesses comuns, constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre seus integrantes, na proporção de sua participação nas atividades da organização.

A partir do exposto, neste artigo abordaremos *Cooperação* como um método de ação pelo qual indivíduos, famílias ou comunidades, com interesses comuns, constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre seus integrantes, na proporção de sua participação nas atividades da organização e *Cooperativismo* como um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, com bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperantes, e remunerem adequadamente a cada um deles. São os fundamentos ontológicos e políticos do Cooperativismo. A partir destas bases buscaremos identificar o Cooperativismo como princípio educativo, para além da estrita compreensão de organização econômica ou administrativa.

### **1. Cooperativismo como ação humana, coletiva e social.**

Os princípios do cooperativismo que orientam a organização de empreendimentos cooperativos não podem estar dissociados dos valores que os sustentam. O cooperativismo possui dupla natureza: uma *econômica* e a outra *social*. Estes dois elementos são inseparáveis, nenhuma associação de pessoas é verdadeiramente cooperativa se não cuidar dos aspectos sociais inerentes a ela mesma. Isto quer dizer que as cooperativas não podem descuidar das relações sociais que se estabelecem não apenas entre e os membros da cooperativa, mas também entre a cooperativa e a comunidade mais ampla na qual está inserida. O cooperativismo é, portanto, uma dimensão decorrente de uma necessidade humana comum e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que se articulam para cooperar mutuamente.

Há algumas conceituações da prática cooperativista de natureza liberal. Buscamos nos fundamentar numa perspectiva mais próxima da Educação, a partir de uma compreensão ampliada desta prática social. Numa visão freireana o processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade. A atividade educativa, como processo de humanização, mostra a necessidade que temos de nos relacionarmos com as outras pessoas para nos tornarmos humanos. Para Freire,

O trabalho do educador, que se educa com sua prática educativa, é perguntar sobre a finalidade do que é humano e construir consciências que possam, livre-

mente, escolher, optar e se responsabilizar pelas suas ações. Os homens são seres da práxis. São seres do quefazer, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não admiram o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do quefazer emergem dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho. (FREIRE, 1987, p. 121).

É neste sentido que na pedagogia da práxis cooperativa a aprendizagem, assim como o trabalho, está diretamente ligada à formação da consciência humana. O modo como o conhecimento é construído e reconstruído baseia-se na *práxis*, um processo dialético de relação entre teoria e prática que, gerando novas teorias, propicia novas práticas. É um movimento de constante ação e reflexão, reflexão da ação e ação a partir da reflexão, num trabalho contínuo, dinâmico e ininterrupto, no qual uma parte tensiona o outro polo. Assim a prática social da educação é geradora de consciências e a formação da cultura humana é o que mantém ou transforma a estrutura da sociedade.

Tanto a *educação* como a *cultura* são produtos históricos da ação humana e formam o que conhecemos por consciência, o resultado social da relação da humanidade com o ambiente e da relação desse ambiente transformado e reproduzido pelas diversas gerações com as gerações futuras. É a cultura que forma a história humana e essa tradição serve de ponto de partida para a vivência da humanidade em determinado período histórico que, com sua ação diferenciada, pode construir um novo rumo para a própria história. A história da humanidade é, portanto, a base da educação e da cultura. Vale ressaltar que:

Em primeiro lugar, é preciso definir o que se entende por Educação. Filósofos, historiadores e pedagogos definem a Educação, em sua acepção genérica, como a *produção social do homem*. Nessa definição, a educação seria inerente à condição humana, educar seria *hominizar-se*, transformar-se em homem, produzir-se como homem, diferenciando-se da natureza e do mundo instintivo, considerado mundo selvagem, que é o estado natural. O homem seria distinto da natureza pela capacidade de descobrir, inventar, de produzir os meios de sobrevivência, e transmiti-los culturalmente para o grupo social. Assim, nessa dinâmica, a educação, no *sentido lato*, seria a produção social do homem, sua constituição como homem, conhecida ainda como *endoculturação*. Endoculturar significa trazer para dentro da cultura, integrar ou introduzir no grupo humano, as novas gerações; as formas e técnicas, os instrumentais simbólicos e materiais, representativos e reais, que produziriam a inserção de cada ser humano no universo simbólico e cultural, da tradição e da cultura, da realidade econômico-formal e cultural ou ideológica. A educação, portanto, no *sentido lato*, seria identificada como o próprio processo civilizatório, dotando as pessoas, os grupos e as gerações dos equipamentos necessários para a vida em sociedade. Nessa direção, a educação coincidiria com a própria trajetória de produção da condição humana. Já no *sentido restrito* a educação seria a capacidade e a potencialidade institucional de produzir a realidade do homem em sociedade, através das instituições formais. Nesta direção, a educação seria entendida como o processo de *escolarização*. A educação estaria vinculada a instituição da escola. (NUNES, 2003, p. 58-59).

O lugar da educação se constitui para além da escola formal, nas diferentes formas de ação coletiva dos seres humanos. No espaço não formal, aquele que apresenta uma intencionalidade, mas não se dá no espaço formal da escola, a educação é uma prática social. A educação, portanto, depende do trabalho social. O cooperativismo e a educação são práticas sociais e, em consequência dessa condição, ambos são espaços de poder na sociedade, ou seja, estas dimensões dialeticamente se articulam.

Desse modo, tanto o cooperativismo como a educação surgiram e foram estruturados como produtos sociais decorrentes de necessidades humanas. O cooperativismo é posterior à prática da cooperação, assim como a escola é mais recente que a educação. As práticas educativas podem ser então, não intencionais (do contexto social e do meio ambiente) quanto intencionais (quando há intenções e objetivos definidos). A educação escolar se destaca entre as interações intencionais, principalmente na sociedade atual. Assim, quem lida com a educação deve ser capaz de descobrir as relações sociais reais, visto que a educação escolar coloca ao professor a responsabilidade de permitir aos alunos um desenvolvimento de conhecimentos e potencialidades para o entendimento crítico dos problemas sociais e das atividades práticas.

A partir do exposto, entendemos que as escolas cooperativistas assumem o cooperativismo como princípio pedagógico e administrativo das escolas e da própria educação. Trata-se de uma nova pedagogia, de um jeito novo de organizar a educação e a escola, sua natureza institucional, currículo, avaliação, seu dia-a-dia, visto que a cooperação como ethos da produção e organização da ação coletiva e produtiva deve ter a coragem de mudar a gestão, a convivência, a produção, a distribuição de seus produtos. O paradigma da sustentabilidade, humana e ambiental, deve ser seu parceiro e inspiração. Trata-se de novos rumos e disposições políticas para esse modo de organizar a vida e a educação.

## **2. A Pedagogia da Cooperação e o Cooperativismo Educacional.**

Para compreender determinadas propostas educacionais e pedagógicas se faz necessário buscar esclarecer seus fundamentos, alcances e potencialidades éticas e políticas. Nesse sentido, assumir o conceito de cooperação como premissa ética e política de uma forma de organizar as atividades educacionais e pedagógicas exige que tenhamos um leque de articulações do mesmo conceito e de suas inspirações nas formas de ser e de agir humanas, visto que são integradas e plurívocas. Cooperação, competição e individualismo consistem em temas de fundamental relevância na contemporaneidade, em razão de sua vinculação com a intrínseca dimensão humana e suas possibilidades subjetivas e coletivas. Cada um desses princípios balizam diferentes propostas de atuação social, de produção econômica e de ordenação de práticas educacionais e pedagógicas.

Os princípios que norteiam a educação cooperativa não têm origem no próprio movimento cooperativo. Antes tem assento nos princípios da educação e escola moderna, principalmente no “movimento de renovação pedagógica que tendeu a modificar em profundidade a estrutura e os

processos habituais do ensino e da educação” (HUBERT, 1976, p.123). Inspirado em experiências pedagógicas isoladas, levadas a efeito por humanistas a partir do século XV, o movimento de renovação pedagógica, denominado como movimento das escolas novas, adquiriu força e disseminou-se pela Europa e América principalmente no século XX. Segundo estudo realizado pelo autor, o movimento procede de várias origens:

Em primeiro lugar, a ideia moral do valor da pessoa humana e a fé no poder de uma educação bem conduzida: daí resulta [...] a consideração da individualidade nascente da criança e o respeito [...] por si mesma, em seu valor intrínseco e autônomo. Em segundo lugar, o interesse suscitado pelas pesquisas científicas relativas à estrutura própria e à evolução da mentalidade infantil [...]. Em terceiro lugar, as preocupações sociais tendentes a fundar a organização das democracias contemporâneas no livre consentimento, na adesão espontânea das consciências individuais, que seriam levadas a procurar a existência coletiva como meio natural de seu desenvolvimento. Em quarto lugar, a tendência a pretender liberar o indivíduo de todos os entraves postos pela sociedade ao desabrochar de sua personalidade e a procurar, no retorno a uma vida mais natural e mais simples, a restauração de seu equilíbrio físico e moral e a garantia da felicidade. (HUBERT, 1976, pp. 123 - 124).

Assim a educação cooperativa ganhou expressão por meio do trabalho de educadores do movimento de renovação pedagógica que reconheceram as virtudes das atividades cooperativas na formação integral do homem. Dentre eles podemos citar: Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827); Fridrich Fröebel (1782-1852); John Dewey (1859-1952); Célestin Freinet (1896-1966). Todas esses pensadores corroboraram para a compreensão de que a participação dos sujeitos em atividades cooperativas desenvolve o sentido de responsabilidade na escolha e execução de determinadas tarefas, promove a persistência e o esforço, determina a prática de uma disciplina consciente e corresponsável, fomenta a solidariedade social e preocupação para alcançar o bem-estar de todos.

O cooperativismo educacional pode ser conceituado como o conjunto de empreendimentos cooperativos que tem como objetivo promover a educação nas escolas, a fundação de estabelecimentos de ensino ou a manutenção de tais estabelecimentos, é uma proposta de gestão democrática na educação e para ser considerado bem sucedido precisa conciliar diretrizes do cooperativismo e diretrizes pedagógicas, promovendo a interação dos princípios cooperativistas na prática pedagógica, ou seja, interação entre a prática e a teoria.

Entre os educadores preocupados com a educação escolar dos setores populares numa perspectiva cooperativa, destacamos o trabalho do pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966). Crítico da escola tradicional dissociada dos interesses e necessidades da criança, Freinet desenvolveu uma "pedagogia ativa e cooperativa". Suas ideias atraíram a atenção de educadores de todo o mundo e até hoje são referência àqueles que se propõem a desenvolver uma pedagogia de troca, ajuda mútua e de trabalho cooperativo.

Um exemplo concreto de educação cooperativista é a Cooperativa de Ensino Laico (CEL) fundada em 1928 por Freinet que, junto com os professores, criou a, para a troca de ideias, de experiências e de materiais pedagógicos e com os alunos criou a cooperativa escolar - essência de sua pedagogia - para possibilitar a organização da vida cooperativa na escola. Além disso, sua história de vida nos mostra um educador comprometido com a instauração de uma vida cooperativa. Por valorizar a vida cooperativa, a Pedagogia Freinet é o resultado de um trabalho pedagógico desenvolvido, não apenas por ele, mas também por muitos educadores que, sensíveis à necessidade de mudar a escola e adeptos de suas ideias, passaram a se comunicar com ele e entre eles para partilhar experiências, dúvidas e conquistas e assim, pôr em prática a pedagogia cooperativa, construindo conhecimentos de modo coletivo.

Ao iniciar suas atividades de educador, trazia consigo um "profundo respeito às crianças". Observava-as atentamente no modo de ser e de agir, procurando compreender seus interesses, aptidões, dificuldades, necessidades, desejos, reações. Almejava conhecê-las melhor para poder adequar o ensino às suas necessidades. Como um professor "investigador de sua própria ação", registrou tudo o que lhe chamava atenção: comportamentos, dúvidas, falas significativas, sentimentos, descobertas. Os registros diários foram fundamentais à sua produção intelectual e divulgação de sua pedagogia experimental.

No exercício de suas atividades, ele percebeu que a escola pouco motivava as crianças, pois o ensino era abstrato, enfadonho e desprovido de sentido. As crianças revelavam comportamento apático e desinteressado em relação ao conhecimento, pois a escola exigia das crianças uma atitude passiva, o que, segundo sua avaliação, não produzia resultados positivos. Assim, Freinet percebeu que precisava mudar o modo de ensinar e se viu impelido a buscar novos caminhos. Estudou os filósofos que influenciavam o pensamento da Escola Nova e ficou indignado com a distância existente entre sua prática de professor de uma escola carente e o "idealismo" das teorias de autores como Rousseau, Rabelais e Montaigne. As teorias em geral ficavam distantes dos reais desafios que a prática colocava. Conheceu Adolphe Ferrière (1879-1960) que apresenta a finalidade da Educação como uma forma de contribuir para o desenvolvimento infantil e suas potencialidades, numa educação para a liberdade, além disso Ferrière propõe o conceito de Ativa, cujo funcionamento estaria baseado no respeito aos interesses e necessidades das crianças, na qual a maior parte das questões importantes está em resolver a confiança e autenticidade delas, tudo isso fez com que Freinet se identificasse profundamente com suas ideias, encontrando nele os fundamentos que justificariam suas ações.

O suíço Édouard Claparède (1873 - 1940) defendia a ideia da escola "sob medida", mais preocupada em adaptar-se a cada criança do que em encaixar todas no mesmo molde. Ferrière e outros pedagogos, como o belga Jean-Ovide Decroly (1871-1932), insistiam que o interesse e as atividades dos alunos exerciam um grande papel na construção de uma "escola ativa".

A Escola Ativa, que também faz parte do movimento da Escola Nova ou Progressista, recebeu muitas críticas. Foi acusada principalmente de não exigir nada, de abrir mão dos conteúdos

tradicionais e de acreditar ingenuamente na espontaneidade dos alunos. Desde o início de suas atividades de professor, Freinet estudou muito, participou de encontros de educação e apropriou-se das contribuições dos educadores da Escola Ativa, com os quais manteve diálogo (NASCIMENTO, 1995).

Tendo em mente mudar a escola e o ensino, Freinet observava as crianças, procurando identificar o que as interessava realmente, de que sentiam necessidade, o que desejavam, como viam e percebiam o mundo e como aprendiam. Mas, deparou-se com um problema: como poderia obter tais respostas se não permitisse que elas se mostrassem? Como poderia conhecê-las melhor senão pelo caminho da vida, do movimento, da expressão, da comunicação e da atividade? Como poderia desempenhar a tarefa de educar se ignorasse as necessidades das crianças?

Então, o autor buscou resposta ao problema da apatia e do desinteresse, que tornavam tão cansativas as aulas, por meio da observação sensível da vida das próprias crianças e procurou audaciosamente propor atividades em função de suas necessidades de criar, agir, falar, observar, de viver em grupos, de se organizar. Ele experimentou e desenvolveu técnicas pedagógicas que modificavam significativamente a atmosfera da aula, o comportamento do professor e dos alunos e a relação das crianças com o conhecimento. As técnicas, ferramentas de sua pedagogia, envolviam as crianças indistintamente, num trabalho organizado, prazeroso e cooperativo; num trabalho que promovia, de modo significativo, a construção de conhecimentos.

Assim, o imobilismo e a abstração foram sendo superados com as "aulas passeio", que possibilitavam às crianças ver, ouvir, observar, admirar. De volta para a classe ele constatou que as crianças sentiam vontade de expressar livremente, por meio de desenhos, relatos orais e escritos, os acontecimentos e descobertas ocorridas durante o passeio. Desse modo, a "expressão livre" dos sentimentos, dos desejos, dos pensamentos deu origem ao "texto livre", fruto, como dizia Freinet, da "necessidade individual e social da escrita-expressão", da necessidade de comunicar a alguém o que a criança trazia dentro de si.

Mas Freinet se perguntava: como romper com o isolamento da escola e ampliar as possibilidades de comunicação das crianças? Como socializar os textos produzidos pelas crianças, permitindo que outras pessoas os lessem? Ele começou utilizar uma pequena impressora na escola da aldeia de Bar-sur-Loup, possibilitando às crianças imprimir os textos que produziam. Assim, "o texto livre ganha a forma de texto impresso" (NASCIMENTO, 1995, p.16), favorecendo a composição do "Livro da Vida", a criação do jornal escolar e da correspondência interescolar. Dessa maneira, o trabalho realizado na sala de aula extrapolava os limites da escola, atingindo os pais, os colegas de outras escolas e a comunidade mais ampla.

Foi desse modo, conforme análise de Élise Freinet (1979), que o texto livre, a aula passeio, a correspondência interescolar, a imprensa na escola, o jornal escolar, a cooperativa de classe, entre outras técnicas pedagógicas, foram se afirmando pouco a pouco, mudando o clima e o trabalho da classe, instaurando a vida onde a tradição mantinha seus direitos, operando uma inversão decisiva de toda a prática escolar, abrindo novos caminhos para o comportamento da criança real

e sensível.

Mas a luta de Freinet pela edificação de uma escola prazerosa, alegre, cheia de vida, onde a criança desejasse estar para descobrir e aprender, o desafiava a avaliar criticamente a escola tradicional, reprovando a educação e o ensino vigente nas escolas da época. Ele condenou a educação autoritária e dogmática por forjar "almas de escravos", com pensamentos doutrinados e comportamentos condicionados. Em suas palavras:

Nos habituamos todos de tal forma a comandar as crianças e a exigir delas uma obediência passiva que não pensamos na possibilidade de haver uma outra solução para a educação que não seja a fórmula autoritária. (FREINET, 1978).

Continua o autor demonstrando qual educação escolar pretende para as crianças:

Queremos atividades escolares vivas, associadas ao interesse e ao profundo devir das crianças, que sejam muito mais do que um jogo ou passatempo, que sejam um trabalho autêntico, fruto de uma necessidade, que se veja que é útil, ao qual uma pessoa se entrega de todo o coração e que, por todos esses motivos, se torna um ser poderoso gerador de dinamismo e de proveito pedagógico. (FREINET, 1978).

Destacamos a seguir os princípios e as técnicas pedagógicas que inspiram a Pedagogia Freinet, que fazem parte dos princípios da educação cooperativista até os dias atuais:

- Os *Métodos Naturais de Aprendizagem* asseguram a liberação de toda energia criadora e o respeito ao patrimônio cultural dos alunos e professores.
- O *Tateamento Experimental e a Organização Planificada do Trabalho* são introduzidos desde os primeiros anos de escola, ajudando a criança a desenvolver as suas aptidões para a pesquisa científica.
- A *Valorização da Expressão Livre* permite uma troca real entre as próprias crianças da turma e com as crianças de diferentes culturas, em todas as formas de expressão.
- A *Organização Cooperativa da Classe* contribui ativamente para com o desenvolvimento da socialização e da solidariedade entre as crianças, o respeito mútuo e a transferência de poderes.
- O *Texto Livre, a Correspondência, a Imprensa, o Jornal Escolar, os Seminários de Alunos, os Meios Audiovisuais*, assim como a aproximação crítica às novas tecnologias de comunicação e de produção, permitem à criança estar constantemente em contato com a realidade do mundo em marcha em pleno século XXI.
- A Pedagogia é atual, fundada sobre valores culturais — Responsabilidade, Autonomia, Cooperação e Solidariedade.
- A Pedagogia é centrada na criança, aquele que está aprendendo, levando em conta três componentes de sua personalidade: individualidade, diversidade e universalidade.
- A Pedagogia é aberta para o mundo exterior. A criança não vive só na escola, mas também

na família, na sociedade. As técnicas Freinet dão grande importância à sua vida familiar, cultural, social e afetiva, permitindo-lhe falar, trazer propostas para o seu trabalho na escola, tendo como ponto de partida a sua própria vivência pessoal, sua família, seus amigos, sua comunidade.

- A Pedagogia fornece instrumentos e métodos de trabalho. No ano 2010, 75% das crianças que estão na escola atualmente trabalharão em profissões que não existem ainda. 90% das crianças trabalharão com máquinas ainda não inventadas. Por isso é vital ensinar a criança como aprender e essa é uma das nossas mais importantes tarefas.

- A Pedagogia abrange temas importantes da atual pesquisa em *Ciência Educacional*. Com a universidade de aprendizagem, as estratégias cognitivas personalizadas em multiplicidade de estímulos situacionais, buscando promover um meio seguro e estimulante a criança. Aprender significa fazer confrontação e oposição assim como a correção dos próprios erros.

Freinet, por via de sua Pedagogia, colocou a serviço da criança os meios mais modernos de comunicação, parecendo antecipar o que seria o mundo que hoje vivemos. Quando ele introduziu a imprensa na classe, o mais importante não era o instrumento em si, mas o fato de possibilitar às crianças um meio que permitisse que elas se comunicassem com o mundo exterior, um público maior que a sua classe, a sua escola, a sua cidade. Por fim, Freinet propõe uma pedagogia pautada na experiência, associada às necessidades e interesses da criança, portanto uma pedagogia viva, ativa e vinculada ao meio social, onde as atividades escolares possam assumir a configuração de um verdadeiro trabalho cooperativo, organizado de modo que possibilite a vivência democrática e, conseqüentemente, a formação de um ser social responsável e autônomo.

Convergindo com a teoria de Freinet, no Brasil temos a Pedagogia Cooperativa de Paulo Freire (1921-1997) que embora tendo se formado em Direito, logo descobriu sua vocação de Educador. Porém, não só um educador formal, profissional, mas um educador para a liberdade.

Paulo Freire produziu uma vasta obra, propõe uma educação humanizadora, para a transformação social, para a autonomia, para a liberdade. Destacamos a experiência que se deu nos últimos anos da década de 50 e início dos anos 60. Nesse período ele organizou o Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e participou ativamente do Movimento de Cultura Popular. Foi quando, junto com sua esposa Elza, que também era educadora, e uma equipe de colaboradores, desenvolveu um método de alfabetização que permitia o aprendizado da leitura e da escrita em 45 dias. Destacamos que este não era um método abstrato de aprendizagem, mas um jeito concreto de ensinar e aprender as palavras e o mundo. Uma proposta pedagógica que promovia alfabetização política; o que significa muito mais do que se apropriar dos códigos da leitura e da escrita. Uma pedagogia que, partindo da realidade concreta e suas formas de interpretação, busca superá-las e construir um conhecimento novo, desse modo “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1988).

Esse processo de leitura organizado por Freire, denominado como o “ato de ler”, busca a percepção crítica, a interpretação e a “reescrita” do lido pelo indivíduo. Tal abordagem nos mostra que, o que antes era tratado e realizado de forma autoritária, agora é concebido como “ato de

conhecimento”. Tal conhecimento novo já não é mais apenas o conhecimento teórico do educador ou o conhecimento empírico do educando, mas algo diferente. Um conhecimento que integra prática e teoria, assim como a proposta de Freinet, e desperta ambos os sujeitos do processo educativo – educando e educador; dirigente e dirigido; liderança e base – para a luta de transformação da realidade. Por isso para Freire (2006), o homem constrói sua história e sua cultura, como um ser da práxis ele emerge da natureza para transformá-la. Esta educação proposta por Freire é um ato político que reeduca todos os sujeitos envolvidos. É mais do que transmissão de conteúdos. Envolve postura e atitude diante do mundo e do OUTRO (coletivismo), que é diferente do EU (individualismo). Não é a teoria ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que transforma a realidade, explica Souza (2001).

Esta é a pedagogia de Paulo Freire – uma *práxis* transformadora das estruturas e das pessoas. Ele mesmo dizia que não era criador de um método de alfabetização ou de conscientização, mas o que propunha era um conjunto de princípios, de valores pedagógicos encharcados de realidade. Nesse sentido a Pedagogia freireana apresenta um conjunto de práticas pedagógicas, que se aproxima da Pedagogia para a cooperação: o modo de dispor as carteiras numa sala de aula, o debate em círculos, o jeito de coordenar uma reunião, a distribuição coletiva de tarefas, o estudo em pequenos grupos, fazem parte do exercício democrático, do combate ao autoritarismo e, portanto, da desconcentração de poder. Todas essas pequenas ações restituem, gradativamente, a palavra àquelas pessoas que, historicamente, aprenderam apenas a ouvir e obedecer. Ajudam a construir autonomia com responsabilidade. Desafiam a superar limites pessoais. Embora tenha sido pensada a partir da realidade brasileira e latino-americana, a pedagogia freireana serve para qualquer lugar do mundo, onde existam oprimidos e opressores.

Para Paulo Freire, sua teoria da ação dialógica pressupõe dois momentos fundamentais: o reconhecimento da desumanização e o engajamento em um processo de humanização. Em suas próprias palavras: “Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens.” (FREIRE, 2006, p. 91). Souza (2001) destaca alguns valores e princípios pedagógicos na teoria *freireana*, o principal deles, para a autora, é a *dialogicidade*, porque para Freire, o diálogo é a matriz da democracia. O segundo é o *trabalho coletivo* e o respeito ao conhecimento. E acrescenta a ética, a tolerância, a política, a esperança, a indignação e a autonomia.

Todos esses princípios se constituem como tijolos na construção da autonomia e da educação humanizadora e emancipatória e não podem ser pensados isoladamente, mas de forma integrada, totalizante. Esses princípios nos permitem olhar a vida e as potencialidades humanas em todas as suas dimensões, o que corrobora também com a concepção de educação integral, aquela que se propõe formar os sujeitos em todas as suas dimensões, ampliando os espaços e os tempos educativos, educação integral se dá para além do tempo escolar e durante a vida toda.

Estes dois exemplos de práticas pedagógicas propostas por Freinet e Freire permeiam toda

a proposta da Pedagogia Cooperativista. A partir delas buscaremos destacar alguns aspectos identitários da organização da educação e das escolas cooperativistas. A educação e a cooperação são práticas sociais intimamente relacionadas, muitas vezes sendo possível identificar uma dentro da outra, sendo sempre desejável, e, quando isso ocorre, as duas práticas são potencializadas como processos sociais (FRANTZ, 2001).

A prática cooperativa exige de seus associados a comunicação, a argumentação, a decisão, ou seja, são produzidos conhecimentos, aprendizagens, educação, interlocução dos saberes como um processo complexo de relações humanas. Neste contexto não há como dissociar a prática cooperativista da prática educativa.

De forma simples, Pinho (2004, p. 197) define o objetivo da educação cooperativista como sendo “despertar a consciência de grupo para participação solidária dos membros no empreendimento cooperativo”. Educar cooperativamente, segundo a autora, seria “incentivar o trabalho em equipe, somando esforços quando a ação isolada do indivíduo não supre suas necessidades e do grupo, visando a soluções dos problemas, mediado pelo elevado comportamento ético” (PINHO, 2004, p. 180), e conclui a autora, “sustentado pelos valores da democracia cooperativa, solidariedade e entre ajuda, possibilitando a atuação cidadã, conhecendo seus direitos e deveres, e exercendo-os na sociedade.”

Para Frantz e Schönardie (2007) o processo da educação cooperativista pode ser concebido como um processo complexo, carregado de vários sentidos promovidos pelos processos de gestão ou de comunicação de cada cooperativa. Afirmam que o papel da educação cooperativista é educar para a cooperação, o que significaria:

[...] se opor ao sentido instrumental da educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência. (MÉSZÁROS, 2005 apud FRANTZ; SCHÖNARDI E 2007, p. 4 e 5).

Em outras palavras, a educação cooperativista precisa se opor à educação individualista para recuperar os espaços das relações cooperativas na sociedade, economia, na política; sem, contudo, invadir o espaço da individualidade entendida como espaço de construção dos sujeitos e de sua liberdade (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2007).

Para compreender melhor determinadas propostas educacionais e pedagógicas buscamos apresentar seus fundamentos, alcances e potencialidades éticas e políticas. Nesse sentido, assumimos o conceito de cooperação como premissa ética e política de uma forma de organizar as atividades educacionais e pedagógicas. Os mesmos conceitos podem ser trabalhados pelos sentidos da Filosofia, da Política, da Psicologia e da Sociologia, para citarmos algumas possibilidades. Cooperação, competição e individualismo consistem em temas de fundamental relevância na contemporaneidade, em razão de sua vinculação com a intrínseca dimensão humana e suas

possibilidades subjetivas e coletivas.

Ao expressar-se por meios socialmente construtivos, o indivíduo torna-se capaz de de viver e atuar com autonomia na sociedade, enquanto o misantropo, pensa somente em si mesmo através do esforço egocêntrico na verdade, acaba por excluir-se da sociedade. O indivíduo saudável torna-se socialmente integrado o que, literalmente, significa obter totalidade. Ele renova sua posição primordial como uma parte orgânica da comunidade, livrando-se assim das ansiedades neuróticas e dos pequenos medos e inibições.

Um aspecto importante do interesse social é o desenvolvimento do comportamento cooperativo. São fundamentos éticos de grande expressão psicossocial e pedagógica que marcam a construção da identidade humana e da sociedade sobre coordenadas que superam o individualismo e a cultura da competição, por meio da individualidade, do coletivismo e da cooperação.

### Considerações Finais

Embora possamos identificar a origem do Cooperativismo, enquanto prática social e tal como prática de organização econômica, nos limites da atuação liberal dos séculos XIX e XX, ainda que numa posição moderada, temos o dever de reconhecer que seu desenvolvimento, no transcorrer do mesmo século e já nestas duas décadas do terceiro milênio, guarda algumas diferenças e reserva possibilidades políticas e institucionais de superação destas marcas arquetípicas. O exemplo que buscamos estudar, para discorrer o presente artigo, que ora findamos, vincula-se à prática da *cooperação como princípio pedagógico* e, portanto, como forma de organizar as relações de ensino e de aprendizagem, integrar os currículos e inspirar a vida cotidiana das escolas, sobretudo da Educação Básica. Para vincular esta atuação com a experiência histórica destacamos a obra de Celestin Freinet e de Paulo Freire, dois baluartes da Educação no século XX, que ainda são referenciais basilares para a proposição de práticas progressistas e emancipatórias de políticas públicas educacionais. Estes autores foram reunidos para inspirar uma Pedagogia da Cooperação, embora saibamos que há entre eles notáveis diferenças e singulares propósitos comuns. Assim, a cooperação como princípio pedagógico supõe a superação das pedagogias magistrocêntricas e emulativas, que circundam a prática educacional mais presentes em nossa tradição, com as afirmações que variam da totalidade dos conteúdos para a unilateralidade do professor. Trata-se de reconhecer que para aprender é necessário supor a dimensão sociointeracionista, isto é, a visão de mundo que entende que os seres humanos aprendem em comunhão, tal como afirmava Paulo Freire, mediatizados pelo mundo e pela história social.

Seja na proposição do *trabalho em grupo*, seja na apologia convincente da *relação dialógica*, a cooperação surge como uma forma de atuação política comum e coletiva, que define-se muito mais coerente e eficaz, na direção de reconhecer a natureza humana, social e grupal, historicamente constituída. Desses fundamentos ontológicos nascem as bases de uma prática coletiva, de produção de um currículo participativo e democrático, capaz de dar conta do que é comum,

integrando ao que é diverso e próprio, balizada numa prática de avaliação igualmente negociada e de uma visão de mundo voltada para a dimensão pública, social e isonômica. A experiência das escolas cooperativistas do estado de São Paulo, que tomamos como base de investigação empírica, estão numa encruzilhada institucional, epistemológica e política. Terão que compreender com profundidade estas fundamentações para traduzir em novas práticas institucionais, escolares e curriculares, as categorias políticas e epistemológicas altruístas e grupais que decorrem da visão de homem e de mundo destes autores. Este artigo buscou interpretar estes esforços e renovar sua vitalidade política e pedagógica, convictos de que a educação brasileira ainda precisa de amplos horizontes que apontem para a superação da *educação como privilégio* ou da *educação como prática meritocrática de triagem para a subserviência ao trabalho alienado* e ao capital. Podemos anunciar que a concepção histórica, que se delineia na nomeação da *Educação como Direito e do Direito à Educação*, formulada a partir de 1988 na conjuntura educacional e jurídica do Brasil, anuncia uma nova possibilidade de revitalização dos pressupostos da Educação Cooperativista. A Educação escolar como formação humana, como parte estrutural da formação integral da pessoa humana, pode encontrar nestes dois referenciais do Cooperativismo Educacional e escolar, Freinet e Freire, atualizações necessárias e identidades emancipatórias, na senda da Pedagogia do Direito à Educação.

### Referências

ANDRIOLI, A.I. *Trabalho Coletivo e Educação*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí., 2008.

FRANTZ, Walter. *Educação e Cooperação práticas que se relacionam*. Sociologias. Porto Alegre. Ano 3 n 6 jul./dez. 2001. p. 242-264.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE Paulo Alfredo. *A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: Limites e possibilidades*. ESAC: economia solidária e ação cooperativista, São Leopoldo, v. 1, n. 1, dez. 2007.

FREINET, Célestin. *A Educação do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Para uma Escola do Povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FREINET, Élise. *O Itinerário de Célestin Freinet*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação e Participação Comunitária*. In: \_\_\_\_\_. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 32 ed. São Paulo: Cortez,

1988 – Coleção Questões de Nossa Época; v.13

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Bom Senso*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUBERT, R. *História da Pedagogia*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional – MEC, 1976.

NASCIMENTO, Maria Evelyn P. do. *A pedagogia Freinet: natureza, educação e sociedade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

NUNES, César Aparecido. *Educar para a emancipação*. Florianópolis, SC: Sophos, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação, Pedagogia e Sociedade: matrizes políticas e estigmas culturais da instituição escolar no Brasil. In: ROMÃO, Lucília M. S. (Org.). *Leitura, História e Educação: um diálogo possível*. Ribeirão Preto, SP. Alfabeta Editora, 2006.

PINHO, D.B. *O Cooperativismo no Brasil: a vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Maria Cristiani Gonçalves. *Os pressupostos filosóficos da educação cooperativista no Estado de São Paulo (1989-2011): matrizes pedagógicas e contradições institucionais e políticas*. 2012. 141p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251391>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SOUZA, Ana Inês. *Paulo Freire: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

---

*Artigo Recebido: 30/10/2020*

*Aprovado em: 29/11/2020*

*Publicação: Dezembro de 2020*